



Agosto 2021

RELATÓRIO DA REUNIÃO

O Caminho para a COP-26

Sessão 1 do Diálogo Brasil-EUA
sobre Sustentabilidade e
Mudanças Climáticas

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

 **Wilson
Center**
BRAZIL INSTITUTE



Reconhecimentos

Esta publicação faz parte do Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas. O Diálogo Brasil-EUA, organizado pelo Brazil Institute do Wilson Center em parceria com Uma Concertação Pela Amazônia, tem como objetivo promover o diálogo entre as sociedades brasileira e norte-americana por meio da convocação de atores não governamentais de alto nível interessados em fazer a diferença por meio da colaboração em projetos inovadores e soluções voltadas para o futuro.

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA



Esse programa é viabilizado por meio do apoio e da parceria do Instituto Arapyau, da Bayer, The Climate and Land Use Alliance e do Instituto humanize.





Sumário Executivo

No dia 26 de julho 2021, o Wilson Center, em parceria com a Uma Concertação Pela Amazônia, sediou uma discussão bilateral sobre o potencial de cooperação entre Brasil-EUA no que tange a preparação para a 26ª Conferência das Partes sobre a Mudança Climática (COP-26) em Glasgow, com foco nos princípios de cooperação e mercados de carbono. Ao longo da sessão, foram pontuadas quatro recomendações de políticas fundamentais para fomentar a cooperação bilateral em mudanças climáticas e para apoiar os esforços brasileiros na redução de emissões de carbono, especialmente aquelas impulsionadas pelo uso da terra:

- 1. A Amazônia apenas desempenhará um papel construtivo de longo prazo na agenda climática por meio de seu próprio desenvolvimento sustentável, que requer parceria e investimentos significativos — não apenas filantropia.** A conservação da floresta deve andar de mãos dadas com oportunidades para meios de vida éticos e sustentáveis, a fim de abordar muitas das causas básicas do desmatamento na Amazônia. Essa transição para soluções autossustentáveis e lucrativas baseadas na natureza no Brasil exigirá investimentos significativos. No curto prazo, quantias relativamente pequenas de financiamento inicial, se disponíveis rapidamente, podem criar uma base para colaboração e ação, construindo um caminho (e confiança) para fluxos financeiros futuros muito maiores. O governo dos EUA pode desempenhar um papel importante ajudando a orientar e direcionar o capital do setor privado neste esforço, bem como fazer parceria com o Brasil na capacitação técnica e científica para apoiar a rápida adoção de iniciativas de redução de emissões.
- 2. É necessária uma colaboração mais forte com atores não-estatais e subnacionais, especialmente os estados amazônicos, em projetos de redução de emissões e financiamento.** O potencial de redução de emissões dos governos subnacionais é significativo e eles também podem ser parceiros importantes no fortalecimento da transparência, monitoramento, e coordenação com stakeholders locais. Especificamente, a colaboração com o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, que representa nove estados e 59 por cento do território brasileiro, por meio do LEAF e outros mecanismos, é uma oportunidade de apoiar o plano do consórcio para combater o desmatamento e promover uma recuperação verde na região.
- 3. É necessário um pipeline de projetos e soluções verificáveis e prontas para investimento em escala.** Há uma demanda significativa entre os EUA e outros investidores estrangeiros por um pipeline verificado de projetos de redução de emissões em grande escala no Brasil, semelhante ao que os investidores já encontram nos setores de logística e energia, por exemplo. O desafio não é apenas identificar projetos que possam ser dimensionados para um maior impacto, mas também desenvolver estruturas de governança e responsabilidade para mecanismos de redução de emissões baseados no mercado. Cooperação técnica e assistência para capacitação de partes interessadas dos EUA e outros podem ajudar a preencher essa lacuna de credibilidade. No longo prazo, o investimento do setor privado poderia reforçar a necessidade de verificação com base científica e padrões de transparência para créditos de carbono. A chave é alavancar conhecimento técnico e financiamento juntos para maior impacto.
- 4. Integrar uma abordagem baseada em projetos com uma abordagem jurisdicional para a redução de emissões é crítica para a ambição climática.** Há um consenso crescente de que as intervenções em todas as escalas devem ser integradas, para maximizar o envolvimento de uma ampla gama de financiadores, ao mesmo tempo abordando desafios metodológicos. Investimentos mais ágeis e imediatos em projetos individuais podem ajudar a impulsionar a capacidade local e o financiamento para apoiar programas jurisdicionais maiores. Da mesma forma, o suporte técnico e o financiamento a nível jurisdicional — como por meio do LEAF — podem incentivar o desenvolvimento de projetos que usam sistemas MRV mais robustos e contribuem para a contabilidade nacional de emissões.



Relatório da Reunião

A urgência da crise climática é óbvia e crescente. Só em 2021, vimos uma série surpreendente de eventos climáticos extremos: inundações repentinas na Alemanha e na Bélgica; incêndios florestais no Canadá e na Sibéria; uma onda de calor mortal nos Estados Unidos; uma onda de frio recorde na África do Sul; e uma seca histórica na Argentina e no Brasil. Como o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) observa, há uma janela estreita para ação para evitar impactos muito mais devastadores.

Nesse contexto, nunca foi tão crítica a realização da 26ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática das Nações Unidas (COP-26) em novembro, que precisará desempenhar um papel central — não apenas na determinação da política climática no próximo século, mas também no estabelecimento de estruturas que ajudem a comunidade internacional a mitigar os danos que as mudanças climáticas causam.

No centro deste debate está a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em um ritmo suficientemente rápido para manter ou exceder o nível de ambição climática estabelecido no Acordo de Paris de 2015. Seu objetivo declarado é limitar o aquecimento global a não mais de 2 graus Celsius (idealmente 1,5 graus Celsius), em comparação com os níveis pré-industriais.¹ De acordo com o *Relatório Sobre a Lacuna de Emissões* do Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (PNUMA), o mundo está caminhando para um aumento de temperatura de mais de 3 graus Celsius até o final deste século.² Mudar o curso para cumprir as metas de Paris exigiria que o mundo reduzisse as emissões em média 7,6 por cento por ano de 2020 a 2030.³

A Amazônia e a preservação da floresta são um foco desta conversa. Cientistas apontam que o desmatamento contínuo e as mudanças climáticas estão levando a floresta a um ponto de inflexão, um momento em que a Amazônia entraria em uma espiral mortal de savanização — com profundas implicações climáticas para o planeta. As florestas servem como importantes estoques de carbono. A destruição da Amazônia por si só adicionaria cerca de 80 bilhões de toneladas de carbono à atmosfera.

Globalmente, a agricultura, silvicultura e outros usos da terra já contribuem com aproximadamente 23 por cento das emissões antropogênicas globais de GEE, com emissões líquidas principalmente devido ao desmatamento.⁴ Como consequência, o aumento da preservação da floresta e da restauração de terras são ferramentas importantes para reduzir globalmente as emissões na próxima década, em linha com os objetivos do Acordo de Paris — colocando o Brasil, que nos últimos anos acompanhou um pico de desmatamento, sob os holofotes. O Brasil foi de longe a maior fonte mundial de perda de floresta primária em 2020, com cerca de 0,8 milhão de hectares da Amazônia Legal destruídos (1,7 milhão de hectares no total em todo o Brasil), ou 40 por cento das florestas primárias tropicais perdidas globalmente naquele ano.⁵

No entanto, ao mesmo tempo, o Brasil está bem posicionado para se beneficiar da colaboração nos mercados de carbono — não apenas devido ao potencial de redução do desmatamento e restauração de terras, mas também devido ao potencial das transições verdes que começam a ocorrer na agricultura,

¹ <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>.

² <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2020>.

³ <https://unfccc.int/news/cut-global-emissions-by-76-percent-every-year-for-next-decade-to-meet-15degc-paris-target-un-report>.

⁴ <https://www.ipcc.ch/srccl/>.

⁵ <https://research.wri.org/gfr/forest-pulse>.

energia e outros setores. Simplificando, a agenda do clima é uma solução, não um problema, para o desenvolvimento nacional brasileiro. Além disso, existe um potencial significativo para a colaboração entre Brasil-EUA dado o menor custo marginal de redução de emissões no Brasil, inclusive por meio de empresas dos EUA que comprem compensações de projetos e jurisdições brasileiras.

No dia 26 de julho de 2021, o Wilson Center, em parceria com Uma Concertação Pela Amazônia, promoveu uma discussão bilateral sobre as potencialidades da cooperação Brasil-EUA na preparação para a 26ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP26) em Glasgow em novembro de 2021, com foco em mercados de carbono. Essa conversa faz parte de uma iniciativa maior: o Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas. O diálogo reúne um grupo diversificado de stakeholders dos EUA e do Brasil — cientistas, líderes empresariais, sociedade civil e ex-funcionários do governo — para um debate bilateral aberto sobre o que é possível e o que será eficaz em termos de desenvolvimento de baixo carbono e preservação do meio ambiente no Brasil e como os Estados Unidos podem ser um parceiro nesse esforço.

Ao longo da sessão, surgiram **quatro recomendações políticas importantes** para fortalecer a cooperação bilateral e apoiar os esforços brasileiros para reduzir as emissões de carbono, especialmente aquelas impulsionadas pelo uso da terra.

1. A Amazônia desempenhará um papel construtivo de longo prazo na agenda climática apenas por meio de seu próprio desenvolvimento sustentável, o que requererá parcerias e investimentos significativos — e não apenas filantropia.

Conclusões principais:

- A assistência para o Brasil e outros países amazônicos (incluindo investimentos por meio de mercados de carbono e REDD+) deve ser o foco dos esforços globais para combater as mudanças climáticas e reduzir as emissões de carbono.
- O financiamento deve ser significativo, garantido e imediato, dada a escala e a urgência do desafio.
- O governo dos EUA pode desempenhar um papel importante ajudando a orientar e direcionar capital para a Amazônia para atingir as metas climáticas.
- Parcerias significativas com empresas dos EUA podem ajudar a gerar o volume necessário em termos de transações de crédito de carbono para preservação e restauração florestal.
- A longa história de cooperação Brasil-Estados Unidos em ciência e inovação fornece uma base sólida para parcerias pela preservação da Amazônia.

A única maneira pela qual a Amazônia pode desempenhar um papel construtivo de longo prazo na agenda climática é por meio de seu próprio desenvolvimento sustentável, que pode resolver muitas das causas profundas que impulsionaram o desmatamento na Amazônia ao longo dos últimos anos. Isso requer não apenas filantropia, mas também parceria e investimento significativo dos Estados Unidos e de outros atores externos. O objetivo é promover a preservação da floresta, proporcionando meios de produção

éticos e sustentáveis para cerca de 30 milhões de habitantes da região — incluindo comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais, que atualmente enfrentam ameaças significativas às suas terras e modo de vida.

Houve amplo consenso durante a reunião de que a assistência ao Brasil e aos demais países amazônicos precisa ser uma peça central do debate sobre mudança climática e redução de emissões. Como observou um participante, é irreal esperar que o Brasil e seus vizinhos consertem tudo por conta própria dada a escala do desafio, sobretudo devido aos desafios socioeconômicos adicionais resultantes da pandemia de COVID-19. Isso levanta a questão, entretanto, de que forma essa assistência deve assumir — especialmente no contexto de uma discussão focada na redução de emissões por meio da contenção do desmatamento e da degradação.

A história mostra que um modelo de financiamento multilateral pode ser bem-sucedido. Em 1990, o G7 se uniu para criar o programa piloto de preservação da floresta tropical brasileira (PPG7), uma iniciativa multilateral administrada pelo Banco Mundial. Este programa de sucesso resultou na demarcação de 45,4 milhões de hectares de terras indígenas, o estabelecimento de 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas administradas pela comunidade e facilitou a adoção de manejo florestal certificado em toda a Amazônia legal — mostrando que um modelo com diversos stakeholders, que considera a coordenação necessária, pode produzir resultados reais. Esse espírito de mobilizar recursos para ajudar os estados e comunidades amazônicas, especialmente por meio de REDD+ e outros projetos de preservação florestal, é fundamental para o trabalho que temos pela frente.

O governo dos EUA, embora menos focado nos mercados de carbono do que outros atores internacionais (como a União Europeia), pode desempenhar um papel substancial em ajudar a orientar e direcionar o capital de empresas globais e locais para atingir as metas climáticas. Um estudo de 2017 na *Nature Climate Change* descobriu que um quarto das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dependia do sequestro de carbono da floresta⁶ — mas as florestas respondem por apenas 3 por cento da finança de mitigação do clima.⁷ Além disso, cerca de metade de todas as NDCs incluem o uso de mercados de carbono para cumprir suas metas de emissões (embora os Estados Unidos tenham optado por não os incluir).⁸ Sem surpresa, dado este contexto, a Força-Tarefa para Escalonar o Mercado de Carbono Voluntário estima que a demanda por créditos de carbono poderia ser 15 vezes maior até 2030. A administração Biden pode apoiar esse crescimento convocando empresas dos EUA para direcionar a nova demanda para projetos de carbono de alta qualidade, dando ao Brasil e a outros países incentivos para avançar no combate ao desmatamento e, ao mesmo tempo, fornecendo o financiamento necessário para empreender essa transição. O financiamento deve ser significativo, garantido e imediato, dada a escala e a urgência da tarefa em questão.

O Brasil tem mais potencial do que a maioria dos países para se beneficiar ao entrar nos mercados internacionais de carbono com altos padrões de qualidade, dada sua significativa capacidade de participação nesses mercados — desde commodities sustentáveis e biocombustíveis até a redução de

⁶ <https://www.nature.com/articles/nclimate3227>.

⁷ <https://www.globalforestwatch.org/blog/climate/by-the-numbers-the-value-of-tropical-forests-in-the-climate-change-equation/>.

⁸ Nos Estados Unidos, houve um debate significativo sobre se o uso de compensações de carbono como parte da estratégia do governo Biden para atingir o valor líquido zero até 2050 permitiria uma ação suficientemente ambiciosa. O NDC mais recente indica que os Estados Unidos optaram por priorizar o corte de emissões por meio da transformação da economia dos EUA: reforma do setor de transporte; transição para eletricidade limpa e maior eficiência energética; redução das emissões da indústria por meio da captura de carbono e instalações de baixo desperdício; e apoio a programas de agricultura de baixo carbono e preservação florestal, entre outras medidas.

desmatamento. No entanto, a escala da economia brasileira também significa que essa transição exigirá capital significativo e mudanças em grande escala. O investimento americano e o financiamento de outros atores podem desempenhar um papel fundamental no curto prazo para incentivar e financiar a transição para soluções baseadas na natureza auto sustentáveis e lucrativas. Parcerias significativas com empresas americanas também podem ajudar a gerar o volume necessário em termos de transações de crédito de carbono. Existe uma janela única para agir agora e apoiar os esforços no Brasil e no mundo para “se recuperar melhor” devido aos danos econômicos causados pela COVID-19, com foco no desenvolvimento com baixo carbono. O financiamento para o desenvolvimento sustentável e a preservação da floresta por meio de créditos de redução de emissões é uma forma clara para empresas e governos apoiarem essa transição no Brasil.

Para além de investimento, no entanto, as parcerias que promovem o compartilhamento de conhecimento e a construção de capacidade também podem desempenhar um papel crucial no reforço dos compromissos individuais dos países. O Brasil e os Estados Unidos têm um forte histórico de colaboração científica e técnica, inclusive na Amazônia e na pesquisa sobre clima, o que fornece uma base para uma cooperação bilateral renovada nessas áreas. Dada a natureza técnica da verificação da redução de emissões — e a necessidade de os créditos de emissões serem cuidadosamente medidos e certificados — tal cooperação e capacitação podem ser particularmente relevantes para facilitar o financiamento do clima para a preservação florestal por meio de mercados de carbono e outros mecanismos REDD+.

Setores com Maior Potencial para a colaboração e inovação entre Brasil e Estados Unidos

O Brasil e os Estados Unidos têm muitas oportunidades e desafios econômicos semelhantes no que diz respeito às mudanças climáticas — incluindo a transformação sustentável de energia, agricultura, transporte, entre outros. Como consequência, há um espaço significativo para o diálogo bilateral e a colaboração para impulsionar a inovação e a adoção de novas tecnologias, tanto por meio de investimentos (inclusive por mecanismos de mercado de carbono) quanto de intercâmbio científico e capacitação.

Setores promissores para cooperação bilateral e investimentos para redução de emissões de carbono:

- **Agricultura:** Embora sejam concorrentes em termos de exportações agrícolas, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos estão avançando com práticas agrícolas mais sustentáveis, incluindo o desenvolvimento de caminhos para que os agricultores e outros stakeholders do setor participem dos mercados internacionais de carbono. Além disso, muitos dos principais players corporativos do setor agrícola operam em ambos os países. Como resultado, a agricultura sustentável é fundamental para a compreensão de como lidar com as mudanças climáticas de forma bilateral.
- **Energia:** A crescente demanda por energia no Brasil e nos Estados Unidos exige maior eficiência e foco em energias renováveis para geração de eletricidade. Embora a matriz energética de cada país seja diferente — com o Brasil muito mais dependente de hidrelétricas e biocombustíveis do que os Estados Unidos — os dois países precisarão se concentrar nos “três Ds”: descentralização, descarbonização e digitalização. Isso cria não apenas oportunidades para investimentos dos EUA em projetos de energia de baixo carbono no Brasil, mas também abre espaço para colaboração técnica e científica.
- **Infraestrutura:** A infraestrutura é uma das principais causas do desmatamento no Brasil e é crucial pela magnitude e longevidade do impacto, assim como pela escala de investimentos envolvidos em seus projetos. Atualmente, o setor de infraestrutura no Brasil é um mercado inexplorado para a mitigação das mudanças climáticas e a ideia de “infraestrutura verde” ou “infraestrutura de baixo carbono” permanece um conceito relativamente novo, mas com potencial significativo para financiamento baseado na redução de emissões.

2. É necessária uma colaboração mais forte com atores não-estatais e subnacionais, especialmente Estados amazônicos, em projetos e financiamento de redução de emissões.

Conclusões principais:

- O papel dos atores subnacionais vai além da simples redução de emissões de carbono: eles também podem ser parceiros no fortalecimento da transparência, monitoramento, envio de dados e coordenação.
- Os governadores dos estados brasileiros estão se coordenando e se organizando para se envolverem de forma proativa e direta com os Estados Unidos e outros stakeholders internacionais.
- Mesmo quantias relativamente pequenas de financiamento, se disponibilizadas rapidamente, podem ter um impacto significativo por meio da criação de uma base para colaboração e ação.

A questão da mudança climática é muito importante para ser deixada exclusivamente para os governos nacionais agirem: o esforço também deve incluir governos subnacionais e atores não-estatais, incluindo um importante envolvimento do setor privado. Os atores subnacionais e não-estatais têm a oportunidade, como observa o PNUMA, “tanto de fazer parte da implementação dos compromissos de mitigação feitos em nível nacional quanto de ir além dos compromissos atuais e aumentar a ambição.”⁹ O potencial de redução de emissões dos atores subnacionais é significativo e também são importantes parceiros no fortalecimento da transparência, monitoramento, comunicação de dados e coordenação. Além disso, na ausência de ações nacionais efetivas sobre mudanças climáticas e desmatamento no Brasil, as ações dos governos locais e estaduais na Amazônia Legal ganham ainda maior destaque na agenda climática global.

Esse imperativo é facilitado pelo fato de que os governadores dos estados brasileiros também estão se coordenando e se organizando para engajar de forma proativa com os Estados Unidos e outros stakeholders internacionais. São dois instrumentos centrais: o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal e a mais recente coalizão Governadores pelo Clima. Pouco antes da cúpula do clima do Presidente Biden em abril de 2021, 24 governadores de estados brasileiros formaram a coalizão Governadores pelo Clima. Embora relativamente novo, o grupo tem uma agenda ambiciosa que visa combinar a capacidade de investimento dos EUA com a redução de emissões brasileiras e projetos de preservação ambiental em todo o Brasil — não apenas na Amazônia, mas em outros biomas importantes como o Cerrado, o Pantanal e a Mata Atlântica.¹⁰ Já a formação do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal — compreendendo os governadores dos nove estados amazônicos, cerca de 59 por cento do território brasileiro — criou em 2019 uma outra estrutura sobreposta por meio da qual stakeholders externos podem se engajar. O Consórcio Interestadual da Amazônia Legal lançou recentemente um plano para eliminar o desmatamento ilegal até 2030 e a transição para uma economia verde (o Plano de Recuperação Verde). O Consórcio Interestadual da Amazônia estima que precisariam de apenas US \$20 milhões para capacitação e assistência técnica para criar a base para a implementação. Embora o financiamento necessário para a implementação seja significativamente maior, ele poderia ser canalizado por meio de um mecanismo como a Coalizão LEAF (discutido mais detalhadamente mais adiante neste relatório).

Os participantes da reunião de 26 de julho observaram que mesmo quantias relativamente pequenas de financiamento inicial, se disponibilizadas rapidamente, poderiam ter um impacto significativo por meio da

⁹ https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/26093/NonState_Emissions_Gap.pdf.

¹⁰ <https://estado.rs.gov.br/coalizacao-governadores-pelo-clima-se-reune-com-john-kerry>.

criação de uma base para colaboração e ação — uma que constrói um caminho (e confiança) para muito necessários fluxos financeiros futuros maiores. O estabelecimento de tal base no curto prazo também se alinharia bem com a direção do governo Biden para que as agências de desenvolvimento internacional dos EUA priorizassem o avanço de projetos relacionados ao clima.

3. É necessário um pipeline de projetos e soluções verificáveis e prontas para investimento em escala para financiar a redução de emissões.

Conclusões principais:

- Existem inúmeras empresas e investidores que possuem os recursos e estão dispostos a investir em oportunidades de grande escala no Brasil, uma vez que exista um pipeline claro de projetos de carbono, o que ressalta o papel único que o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal pode desempenhar por meio de seu plano de recuperação verde.
- O Brasil tem espaços estreitos para lidar com questões como transparência e credibilidade em termos de oportunidades de investimento; as parcerias com os Estados Unidos e o setor privado podem ajudar a incentivar e construir capacidade nesta área para finanças de carbono.
- Existe uma oportunidade significativa: projetos existentes de redução de emissões que poderiam ser ampliados para um maior impacto, criando rapidamente um pipeline de projetos maiores.

Um terceiro tema abordado na conversa foi a necessidade de projetos de grande escala que possam ser investidos e que tenham integridade jurisdicional. Conforme a demanda por créditos de carbono aumenta, os investidores estão dispostos a colocar seu dinheiro em REDD+ e outros projetos no Brasil. No entanto, muitos desses projetos são de escala relativamente pequena¹¹ e o mercado voluntário de carbono no Brasil varia de certificação estrita sob padrões internacionais como o Verified Carbon Standard (VCS) a medições mais flexíveis sem quaisquer padrões formais. Como o mundo depende cada vez mais das compensações de carbono para reduzir as emissões, a qualidade e a disponibilidade desses créditos são fundamentais.

Os participantes da reunião concordaram com a necessidade de um pipeline de compensações de carbono verificáveis e em grande escala — algo que está faltando no momento. Inúmeras empresas e investidores contam com recursos e estão dispostos a investir em oportunidades de grande porte no Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, há um fundo do setor privado de US \$10 bilhões sendo construído para investir em compensações e mercados de carbono. No entanto, existem preocupações constantes entre os investidores sobre a credibilidade, transparência e rastreabilidade das oportunidades de investimento no Brasil, incluindo se irão reduzir significativamente as emissões de carbono.

A transição para carbono zero (net zero) requer o financiamento de esforços de redução de emissões de carbono (como REDD+ jurisdicional via LEAF ou outros programas), não apenas esforços de remoção de emissões (como plantio de árvores). Além disso, uma transição confiável para net zero para uma empresa ou país significa que ela também precisa reduzir ambiciosamente suas próprias emissões — não apenas comprar compensações.

¹¹ Nem todos os projetos estão prontos ou podem ser escalados, e também há uma necessidade significativa de financiamento inicial e assistência técnica e/ou de capacitação para ajudar a criar uma base para projetos maiores no futuro.

O Brasil tem espaços estreitos para lidar com questões como transparência e credibilidade em termos de oportunidades de investimento, observou um participante. O país fez avanços significativos em eletricidade e transporte, mas há muito mais a fazer quando se trata de desenvolver estruturas de governança e responsabilidade para mecanismos de redução de emissões baseados no mercado. A cooperação técnica e a assistência para a capacitação de stakeholders dos EUA e de outros países podem ajudar a preencher essa lacuna de credibilidade. No longo prazo, o investimento do setor privado poderia reforçar a necessidade de verificação com base científica e padrões de transparência para créditos de carbono.

Também existem projetos de redução de emissões de carbono que poderiam ser ampliados para um impacto maior, criando rapidamente um pipeline de projetos maiores. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou recentemente uma iniciativa de Amazônia sustentável para fazer exatamente isso, por meio da expansão das atividades econômicas sustentáveis existentes. A agricultura é um excelente exemplo desse tipo de oportunidade, onde há ganhos significativos e escaláveis a serem obtidos — tais como alavancar as tecnologias existentes para reduzir as emissões relacionadas com fertilizantes ou com estabilizar e capturar o carbono na vegetação e nos solos.¹² Uma peça central da iniciativa, no entanto, é que o BID não está apenas procurando esses tipos de projetos, mas também ajudará a financiar seu desenvolvimento com países da região: um exemplo importante de aproveitamento de conhecimentos técnicos e financiamento conjunto para maior impacto.

4. Integrar uma abordagem baseada em projetos com uma abordagem jurisdicional para a redução de emissões é crítica para a ambição climática.

Conclusão principal:

- As intervenções em todas as escalas devem ser integradas — especialmente quando se trata de definir linhas de base e medições, relatórios e verificação (MRV) — para atingir as metas mais amplas estabelecidas pelo Acordo de Paris

O último tema político que emergiu da discussão é a necessidade de reconciliar abordagens baseadas em projetos com as perspectivas jurisdicionais aos créditos de carbono como proteção contra vazamentos e contagens duplas e garantir que as compensações contribuam para ambições maiores de clima. Existe um consenso que intervenções em qualquer escala devem ser integradas — especialmente ao criar bases e medidas, reportagens e verificação (MRV) — para atingir os objetivos mais amplos do Acordo de Paris.

A redução do desmatamento e a degradação da terra normalmente exige várias atividades diferentes com objetivos e geografias sobrepostas, de projetos de restauração e agricultura de baixo carbono a mudanças políticas em grande escala como reformas de posse de terra. Consequentemente, compensações

¹² Aproximadamente 20 por cento das emissões da produção agrícola globalmente estão relacionadas ao uso de fertilizantes sintéticos e esterco. Consulte: <https://www.wri.org/insights/6-ways-us-can-curb-climate-change-and-grow-more-food>.

O setor agrícola está no centro do debate sobre as mudanças climáticas, pois impulsiona a mudança no uso da terra e as emissões relacionadas, mas também é altamente vulnerável a interrupções causadas pelas mudanças climáticas. Como resultado, há uma ênfase crescente na mudança para uma abordagem mais integrada para gerenciar o uso da terra e os desafios da segurança alimentar, chamada agricultura inteligente para o clima (CSA). Um obstáculo importante para a adoção de uma agricultura mais eficiente e com baixo teor de carbono é o acesso à tecnologia e à informação, especialmente entre os produtores de menor escala.

de carbono e outros resultados podem ser medidos e considerados em níveis diferentes: nacional, subnacional e projetos individuais.

Historicamente, os mercados de carbono focam em projetos que desenvolvem suas próprias bases, medem os resultados e em seguida vendem os créditos gerados pela redução de emissões. Frequentemente, esse é o método mais simples e ágil e tradicionalmente é favorecido pelos investimentos do setor privado. Porém, na ausência de uma estrutura maior de contagem, existe o risco que projetos podem não ser suficientemente ambiciosos para contribuir de forma significativa aos objetivos de redução de emissões.

Uma abordagem jurisdicional foca em unir interessados dentro de fronteiras geopolíticas definidas (frequentemente no nível subnacional) para desenvolver e coordenar metas de sustentabilidade. Essa abordagem exige participação, e também liderança, forte dos governos subnacionais e federais e demora mais para ser estabelecida devido aos inúmeros interesses envolvidos. Porém, isso permite intervenções em grande escala que são necessárias para sistematicamente abordar as causas do desmatamento e da conversão da terra.

Os participantes reunidos sugeriram que interessados (inclusive no Brasil) foquem em uma estratégia integrada para maximizar o engajamento de uma gama diversificada de financiadores ao abordar desafios metodológicos. Investimentos mais ágeis e imediatos em projetos individuais podem ajudar a dirigir a capacidade local e o financiamento de programas maiores e mais jurisdicionais. Similarmente, apoio técnico e financiamento no nível jurisdicional, como por exemplo o LEAF, pode incentivar o desenvolvimento de projetos que usam sistemas de MRV mais robustos e contribuem para a contagem de emissões nacionais. Em suma, não há espaço para discutir projetos ou jurisdições como se um excluísse o outro. O caminho a seguir é reconciliar os dois.

Exemplo de melhores práticas para colaboração entre Brasil-EUA: Coalizão LEAF (Lowering Emissions by Accelerating Forest finance)

Abrindo o caminho para uma abordagem jurisdicional integrada para as reduções de emissões

Em abril de 2021, os Estados Unidos, o Reino Unido e a Noruega — junto com uma série de grandes empresas — lançaram a Coalizão de Redução de Emissões pela Aceleração de Financiamento Florestal (LEAF Coalition), uma iniciativa baseada em resultados que fornecerá financiamento para projetos de REDD+.

Para se qualificar para receber parte do US \$1 bilhão prometido este ano por meio da Coalizão LEAF, as jurisdições — países inteiros ou grandes estados e províncias — devem demonstrar que estão reduzindo as emissões de carbono por desmatamento e/ou degradação (REDD+), bem como garantir a “plena e efetiva” participação das comunidades tradicionais. Os pagamentos serão baseados nas reduções de emissões vinculadas a programas que reduzem o desmatamento e a degradação de 2022-2026. As jurisdições devem mostrar que o desmatamento caiu em todo o território para receber financiamento.

Essas reduções a nível jurisdicional, por meio de programas nacionais ou subnacionais de proteção florestal, são verificadas pela ART de acordo com o Padrão de Excelência Ambiental REDD+ (TREES) apoiado pela ONU, que inclui salvaguardas ambientais e sociais. Os créditos de alta qualidade resultantes podem ser vendidos às empresas participantes, para ajudar a compensar suas emissões.

A iniciativa LEAF é caracterizada por um alto padrão tanto na medição das reduções de emissões quanto na maneira como governa como as empresas podem complementar seus próprios cortes de emissões internas investindo em projetos de preservação de florestas tropicais. A iniciativa exige que as empresas se comprometam com métodos de base científica para medir as emissões de carbono, para ajudar a evitar a lavagem verde (greenwashing) por meio dos mercados de carbono — algo que deve ser motivo de preocupação tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos. A iniciativa LEAF também exige que as empresas participantes tenham um plano claro para reduzir suas emissões internas. Em outras palavras, as empresas devem reduzir e compensar — com relatórios externos e requisitos de auditoria para verificar a conformidade.

A iniciativa LEAF também fornece uma estrutura importante para a colaboração com jurisdições subnacionais. O Consórcio Interestadual da Amazônia Legal representando os nove estados amazônicos já manifestou interesse em participar na LEAF. Embora o US \$1 bilhão atualmente prometido por meio da iniciativa LEAF esteja bem abaixo do montante necessário para a redução do desmatamento e degradação na Amazônia — uma gota no oceano, como um participante da reunião observou — ele fornece um mecanismo para fluxos de financiamento mais significativos daqui para frente.

Sobre o Diálogo Brasil-EUA sobre Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Diálogo Brasil-EUA é uma iniciativa para promover uma colaboração mais forte entre as sociedades brasileira e norte-americana no desmatamento na Amazônia e no desenvolvimento sustentável. Isso inclui a criação de um espaço neutro e seguro para o diálogo construtivo que reúna diversos setores da sociedade e a facilitação de uma discussão focada no que é possível e o que será eficaz em termos de desenvolvimento e conservação de baixo carbono no Brasil.

Veja mais no [site do Wilson Center](#).



One Woodrow Wilson Plaza
1300 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, DC 20004-3027

 www.wilsoncenter.org/program/brazil-institute

 brazil@wilsoncenter.org

 facebook.com/brazilinstitute

 [@brazilinst](https://twitter.com/brazilinst)

 202.691.4147